MINISTÉRIO DOS POVOS INDÍGENAS
FUNDAÇÃO NACIONAL DOS POVOS INDÍGENAS

RELATÓRIO DE MONITORAMENTO QUADRIMESTRAL

POLÍTICA PÚBLICA DE IDENTIFICAÇÃO, DEMARCAÇÃO E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DO PPA 2020-2023
TERCEIRO QUADRIMESTRE DE 2022 (CONSOLIDADO)

1. INTRODUÇÃO

Apresentar brevemente os principais resultados e desafios do quadrimestre. *(Sugere-se de três a quatro parágrafos).*

O presente RMQ apresenta os dados do 3° quadrimestre, os quais foram consolidados com os dados do 1° RMQ [1] e 2° RMQ[2], referente à política de identificação, demarcação e regularização fundiária de terras indígenas. Além disso, faz parte da política o apoio às diversas áreas da Instituição nos processos de planejamento e tomada de decisão, disponibilizando aos indígenas, às instituições governamentais e à sociedade civil os dados geoespaciais produzidos e desenvolvidos no âmbito da FUNAI.

Compete à Diretoria de Proteção Territorial (DPT), conforme Portaria PRES/FUNAI n. 666/2017, art. 165, *in verbis:*

I - planejar, coordenar, propor, promover, implementar e monitorar as políticas de proteção territorial, em articulação com os órgãos e as entidades da administração pública federal, estadual, distrital e municipal;

II - elaborar estudos de identificação e delimitação de terras indígenas;

III - realizar a demarcação e a regularização fundiária das terras indígenas;

IV - monitorar as terras indígenas regularizadas e aquelas ocupadas por povos indígenas, incluídos os isolados e os de recente contato;

V - planejar, formular, coordenar e implementar as políticas de proteção aos povos indígenas isolados e de recente contato;

VI - formular e coordenar a implementação das políticas nas terras ocupadas por povos indígenas de recente contato, em articulação com a Diretoria de Promoção ao Desenvolvimento Sustentável;

A DPT é composta por 5 Coordenações-Gerais, das quais três delas executam diretamente a política de identificação, demarcação e regularização fundiária, quais sejam:

I) CGID - Coordenação-Geral de Identificação e Delimitação;

II) CGGeo - Coordenação-Geral de Geoprocessamento;

III) CGAF - Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários.

Compete à CGID, entre outras atribuições:

Art. 184 I – promover, planejar, organizar, coordenar, orientar, avaliar e executar as ações de sistematização dos registros de reivindicações fundiárias indígenas; de estudos de identificação e delimitação de terras indígenas tradicionalmente ocupadas, incluindo aquelas ocupadas por povos indígenas isolados e de recente contato; e de estudos visando à constituição de reservas indígenas;

Compete à CGGEO, entre outras atribuições:

Art. 177 I - promover, planejar, organizar, coordenar, orientar e supervisionar a execução das ações de geoprocessamento, georeferenciamento e cartografia para disponibilizar aos povos indígenas, às instituições governamentais e à sociedade civil os dados geoespaciais produzidos e desenvolvidos no âmbito da Funai;

Já no que compete à CGAF:

Art. 170 I - coordenar, planejar, organizar, promover, orientar e executar as ações de regularização fundiária de terras indígenas, no âmbito de suas competências e em articulação institucional e com outros órgãos públicos;

II - acompanhar e orientar o planejamento, a programação e a execução orçamentária, físico financeira quanto ao alcance das metas, iniciativas e indicadores das ações sob responsabilidade da Coordenação-Geral;

III – encaminhar e controlar os registros em cartório e no patrimônio da União das terras indígenas; Funai; e

IV - coordenar a interface das informações de natureza fundiária com os sistemas corporativos da

V – manifestar-se, no âmbito de suas competências, nos processos de emissão de atestados administrativos e da declaração de reconhecimento de limites.

No ano 2022, houve início ao desanuviamento da situação pandêmica brasileira. Nesse período, apesar dos cuidados ainda exigidos de prevenção e segurança alimentar, foi possível à Funai e às Coordenações Gerais vinculadas à Política IDRF iniciar a reprogramação das atividades finalísticas. Evidentemente, tais atividades ainda ficaram adstritas ao possível face aos cuidados exigidos no contato com as comunidades indígenas, principalmente até o final do Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), causada pela pandemia da Covid-19 no Brasil que se findou em 22/04/2022.

Houve a conclusão do Parecer Técnico do material de levantamento e avaliação de benfeitorias implantadas por ocupantes não indígenas na Terra Indígena - TI Cachoeira Seca, localizada nos municípios de Altamira, Placas e Uruará, no estado do Pará. Houve ainda emissão do primeiro Laudo de Avaliação de Imóvel Rural - LAIR, referente à Reserva Indígena - RI Riozinho, por servidores especializados em ciências agrárias da Funai, etapa importante no curso da constituição de RIs.

Prosseguiu-se com pagamento de novas indenizações referentes a 16 ocupações de boa-fé de interesse de não indígenas que edificaram benfeitorias nas TIs Caramuru/Paraguassu/BA, Xukuru/PE e Entre Serras/PE.

Destacam-se como desafios o escasso corpo técnico especializado em ciências agrárias para trabalhos de natureza fundiária junto à Coordenação-Geral de Assuntos Fundiários; o escasso orçamento do Plano Orçamentário 02 frente ao passivo indenizatório de interesse de ocupantes não indígenas que aguardam pagamento e consequentemente a desocupação das TIs com regularização fundiária em andamento.

Ainda, no ano de 2022, o Plano Orçamentário 04 foi bloqueado em sua totalidade, fato que inviabilizou integralmente a aquisição de imóveis destinados à constituição de Reservas Indígenas com recursos da União.

Portanto, o objetivo desse relatório é apresentar os resultados, gastos, dificuldades e aprendizado institucional ocorrido no período de janeiro de 2022 à dezembro 2022.

2. METAS E INDICADORES ESTRATÉGICOS

2.1 Metas e Indicadores Estratégicos

Apresentar os resultados do indicador e da meta formalizados no Planejamento Estratégico da Funai.

NOME DO INDICADOR:	Produção anual de 50 informações técnicas relacionadas às atribuições da **CGID**				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Soma da quantidade de ações realizadas				
POLARIDADE:	Positiva	**PERIODICIDADE DA COLETA:**		Quadrimestral	
2019		**2020**		**2021**	
Meta	**Resultado**	**Meta**	**Resultado**	**Meta**	**Resultado**
*	*	50	166	50	356
100%	*	100%	330%	100%	715%

2022				
Meta	**Resultados**			
	1° Quadrimestre	**2° Quadrimestre**	**3° Quadrimestre**	**Acumulado**
50	203	385	525	588
100%	407%	770%	1050%	2.226%
Data da Última Coleta:	15/09/2022		**Fonte da Coleta**:	Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) da FUNAI

Caso a política possua mais de um indicador estratégico, basta replicar a tabela acima em quantos indicadores existirem.

NOME DO INDICADOR:	Indenização de Benfeitorias - CGAF				
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Soma da quantidade de ações realizadas				
POLARIDADE:	Positiva	**PERIODICIDADE DA COLETA:**		Quadrimestral	
2019		**2020**		**2021**	
Meta	**Resultado**	**Meta**	**Resultado**	**Meta**	**Resultado**
80	146	20	63	20	31
100%	182,5%	100%	315%	100%	155%

2022				
Meta	**Resultados**			
	1° Quadrimestre	**2° Quadrimestre**	**3° Quadrimestre**	**Acumulado**
20	0	9	16	9
100%	0%	45%	85%	45%
Data da Última Coleta:	13/01/2023		**Fonte da Coleta**: Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) da FUNAI	Planilha de Controle Interno CGAF

NOME DO INDICADOR:	**Produções técnicas/projetos/ações de geoprocessamento/georreferenciamento/cartografia**
FÓRMULA DE CÁLCULO:	Soma anual da quantidade de produções técnicas/projetos/ações de geoprocessamento/georreferenciamento/cartografia

POLARIDADE:	Positiva	PERIODICIDADE DA COLETA:	Quadrimestral

2019		2020		2021	
Meta	Resultado	Meta	Resultado	Meta	Resultado
200	795	200	977	50	356
100%	397,5%	100%	488,5%	100%	715%

2022				
Meta	Resultados			
	1° Quadrimestre	2° Quadrimestre	3° Quadrimestre	Acumulado
200	721	1279	1009	3009
100%	360,5%	639,5%	504,50%	1504,50%
Data da Última Coleta:	31/08/2022		**Fonte da Coleta**:	Sistema Eletrônico de Informações (SEI!) da FUNAI

3. REGIONALIZAÇÃO

É a quantificação regionalizada dos principais produtos, resultados ou impactos da política, estabelecidos no Modelo Lógico, se possível por Coordenação Regional, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Caso a política ainda não apresente os resultados regionalizados, devem-se apresentar justificativas para a não regionalização, bem como as alternativas propostas pela unidade para avançar nesse sentido.

CGID:

No período em análise, bem como ao longo de 2022, além das informações e subsídios judiciais, foram editadas portarias visando os estudos de identificação e delimitação previstos no Decreto 1.775/96:

- **17 (dezessete)** Portarias de Constituição/Alteração de Grupos Técnicos publicadas:

	Processo	Terra Indígena	Etnia	Publicação no DOU	Observação
1	08620.019472/2014-54	Puruborá	Puruborá	Publicação Portaria 469 (3814709), de 25/01/2022	Constitui GT - Indica apenas antropóloga-coordenadora
2	08620.019472/2014-54	Puruborá	Puruborá	Publicação Portaria Funai 519 (4166720), de 30/05/2022	Altera Artigo 1° - Inclui profissional da área ambiental
3	08620.000086/2022-07	Lajeado do Bugre	Kaingang	Publicação Portaria Funai 472 (3894087), de 25/02/2022	Constitui GT - Indica antropólogo-coordenador e profissional da área ambiental
4	08620.000944/2000-08	Jaminawa do Rio Caeté	Jaminawa	Publicação Portaria Funai 483 (3894109), de 25/02/2022	Altera Artigo 1° - Altera antropólogo-coordenador
5	08620.007654/2020-21	Batovi	Waujá	Publicação Portaria Funai 484 (3894048), de 25/02/2022	Constitui GT - Altera antropóloga-coordenadora
6	08620.009031/2021-73	Moia Mala ou Jaguari-Cocalinho	Guarani	Publicação Portaria Funai 482 (3890708), de 24/02/2022	Constitui GT - Indica antropólogo-coordenador e profissional da área ambiental
7	08620.009031/2021-73	Moia Mala ou Jaguari-Cocalinho	Guarani	Publicação Portaria Funai 556 (4420651), de 18/08/2022	Altera Artigo 1° - Altera profissional da área ambiental
8	08620.009990/2021-99	Pirititi	Pirititi	Publicação Portaria Funai 481 (3890062), de 24/02/2022	Constitui GT - Indica antropóloga-coordenadora e profissional da área ambiental
9	08620.009990/2021-99	Pirititi	Pirititi	Portaria Funai nº 538, de 08 de julho de 2022 (4300921), de 12/07/2022	Altera Artigo 1° - Altera profissional da área ambiental
10	08620.002368/2022-31	Kaingang de Vitorino	Kaingang de Vitorino	Publicação Portaria Funai 497 (3975989), de 28/03/2022	Constitui GT - Indica antropóloga-coordenadora e profissional da área ambiental
11	08620.005906/2020-87	Tremembé do Engenho	Tremembé	Publicação Portaria Funai 555 (4420682), de 18/08/2022	Constitui GT - Indica antropólogo-coordenador e profissional da área ambiental
12	08620.033219/2013-22	Piripkura	Piripkura	Publicação Portaria Funai 558 (4420721), de 18/08/2022	Altera Artigo 1° - Altera antropólogo-coordenador
13	08620.005545/2014-21	Rio Cautário	Djeoromitxí, Kujubim, Canoé	Publicação Portaria Funai 561 (4461467), de 31/08/2022	Altera Artigo 1° - Altera antropólogo-coordenador
14	08620.063667/2014-31	Manchineri do Seringal Guanabara/Jaminawa do Guajará (Riozinho Iaco)	Manchineri e Jaminawa	Publicação Portaria 557-15/08/2022 (4420591), de 18/08/2022	Constitui GT - Indica antropólogo-coordenador e profissional da área ambiental
15	08620.005791/2022-92	Campo do Meio (*Re Kuju)* e Faxinal/São Miguel (*Goj Kusa*)	Kaingang	Portaria Funai 565 - Publicação no DOU (4509344), de 15/09/2022	Constitui GT - Indica apenas antropólogo-coordenador
16	08620.076827/2015-93	Dourados-Amambaipegua II	Guarani e Kaiowá de Kurupi Santiago Kue	Portaria Funai 578/2022 - Publicação (4766358), de 14/12/2022	Constitui GT - Indica antropólogo-coordenador e profissional da área ambiental
17	08620.078018/2015-16	Escrivão	Maytapu e Mundurukú	Portaria Funai 589/2022 - Publicação (4766370), de 14/12/2022	Altera Artigo 1° - Altera antropólogo-coordenador, profissional da área ambiental e antropóloga assistente

- **01** Portaria de revogação de Grupo Técnico publicada:

	Processo	Terra Indígena	Etnia	Minuta de Portaria	Publicação no DOU	Observação
1	08620.004506/2017-59	Takaywrá e Lankraré	Krahô e Krahô-Kanela	Minuta de Portaria SEATO - COIM (3952889), de 13/05/2022	Portaria nº 517/2022 - Publicação (4512891), de 15/09/2022	Tornar sem efeito a Portaria n.º 861, de 25 de junho de 2019. A continuidade do procedimento se dará por meio do Processo Funai nº 08620.007541/2018-19.

- Foram realizadas **13** qualificações de reivindicação fundiária indígena realizadas:

	Processo	Demanda Fundiária	Etnia
1	08128.000920/2021-36	Comunidade Guarani em Canela	Guarani
2	08128.000920/2021-36	Comunidade Guarani em Cachoeirinha	Guarani
3	08620.009409/2019-14	Ilha Grande da Lagoa do Casamento	Mbyá-Guarani Ka'á Mirin Ypaúm
4	00467.018791/2019-65	Apinajé	Apinajé
5	00465.002257/2019-57	Utiariti	Paresi
6	08748.000634/2019-59	Juruna de São Francisco	Juruna
7	08748.000634/2019-59	Munduruku da localidade Caminho do Sol ou Morro das Guaribas	Munduruku
8	08788.002167/2019-25	Gerovey/Aroeira	Guarani e Kaiowá
9	08620.014200/2018-91	Aldeia Takuaty - Serra Dona Francisca	Guarani
10	08620.012969/2018-75	Estivadinho e Figueira	Paresi
11	08743.000443/2020-71	Xavante em Niquelândia	Xavante
12	08620.006787/2022-41	Nambiquara-Sabanê	Nambiquara-Sabanê
13	08620.098467/2015-81	Tremembé de Raposa	Tremembé

- Foram realizadas **02** atividades de apoio a demandas fundiárias indígenas:

	Processo	Demanda Fundiária	Etnia
1	08620.009135/2017-00	Destinação de área	Truká-Tupã
2	08620.004506/2017-59	Destinação de área - Takaywrá	Krahô

- Bem como, **02** atividades ações relativas a apoio a Grupo Técnico:

	Processo	Terra Indígena	Etnia	Data	Observação
1	08620.009203/2022-90	Piripkura	Piripkura	Outubro	Deslocamento Coordenador do GT para Brasília
2	08620.005510/2018-15	Krenak de Sete Salões	Krenak	Outubro	Deslocamento Coordenador do GT para Brasília

CGGEO:

1° QUADRIMESTRE

Em termos de análise de reconhecimento de limites, foram analisados 34 processos e 3 processos encontram-se em análise, conforme retrata a Tabela 1.

Tabela 1. Relação de análises técnicas de reconhecimento de limites com análise finalizada ou pendente de finalização no período de janeiro a abril de 2022.

Data da análise	Estado	Município	Resultado	Fonte	Método
03/01/2022	TO	Santa Fé do Araguaia	Deferimento	SIGEF	satélite
04/01/2022	PA	Santarém	Indeferimento	SIGEF	satélite
07/01/2022	MG	São João das Missões	Indeferimento	SIGEF	satélite
07/01/2022	MT	Brasnorte	Indeferimento	SIGEF	satélite
11/01/2022	MS	Aral Moreira	Deferimento	SIGEF	satélite
13/01/2022	TO	Lagoa da Confusão	Indeferimento	SIGEF	satélite
17/01/2022	MT	Apiacás	Indeferimento	SIGEF	satélite
17/01/2022	MT	Porto Esperidião	Indeferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	SC	Seara	Deferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	MS	Nioaque	Deferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	TO	Lagoa da Confusão	Deferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	MT	Campinápolis	Indeferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	TO	Pedro Afonso	Deferimento	SIGEF	satélite
21/01/2022	TO	Pedro Afonso	Indeferimento	SIGEF	satélite
26/01/2022	SC	Araquari	Indeferimento	SIGEF	satélite
28/01/2022	MT	Tangará da Serra	Indeferimento	SIGEF	satélite
01/02/2022	MA	Arame	Indeferimento	SIGEF	satélite
04/02/2022	MA	Arame	Deferimento	SIGEF	satélite
04/02/2022	MA	Montes Altos	Deferimento	SIGEF	satélite
02/03/2022	MA	Barra do Corda	Indeferimento	SIGEF	satélite
02/03/2022		Vitoria do Xingu	Indeferimento	SIGEF	satélite
03/03/2022	TO	Lagoa da Confusão	indeferimento	SIGEF	satélite
17/03/2022	MT	Peixoto do Azevedo	Deferimento	SIGEF	satélite
24/03/2022	MA	Arame	Indeferimento	SIGEF	satélite
25/03/2022	MT	Rondonópolis	Indeferimento	SIGEF	satélite
05/04/2022	MT	Cocalinho	Indeferimento	SIGEF	satélite
05/04/2022	MT	Cocalinho	Indeferimento	SIGEF	satélite
07/04/2022	TO	Pedro Afonso	Deferimento	SIGEF	satélite
11/04/2021	BA	Itaju do Colônia	Indeferimento	SIGEF	satélite
18/04/2022	MS	Corumbá	Deferimento	SIGEF	satélite
02/05/2022	MS	Corumbá	Indeferimento	SIGEF	satélite
03/05/2022	MS	Bodoquena	indeferimento	SIGEF	satélite
04/05/2022	MT	São Felix do Araguaia	Deferimento	SIGEF	satélite
11/05/2022	MA	Fernando Falcão	Indeferimento	SIGEF	satélite
Em análise	PA	Goianésia do Pará	Em análise	Protocolo	satélite
Em análise	SC	Bom Jesus	Em análise	SIGEF	satélite
Em análise	MS	Aquidauana	Em análise	SIGEF	satélite

Em termos de análises técnicas no contexto de processos de licenciamento ambiental, foram realizadas 208 análises de distintos processos de licenciamento ambiental, conforme revela a Tabela 2.

Tabela 2. Relação de análises técnicas de licenciamento ambiental com análise finalizada no período de janeiro a abril de 2022.

Unidade	Tipo	Mês de protocolização	Ano de protocolização
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2018
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	5	2019

CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2019
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2020
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	5	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	5	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	7	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	11	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021

CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	1	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	2	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	3	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental	4	2022
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	12	2017
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	3	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	6	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	8	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	12	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Gás	9	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Petróleo	10	2021
CGGEO	Licenciamento Ambiental: Setor de Transporte	8	2020

2° QUADRIMESTRE

Em termos de análise de reconhecimento de limites, foram analisados 152 processos de Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas.

Tabela 1. Relação de análises técnicas de reconhecimento de limites com análise finalizada no período de **maio** a **agosto** de 2022.

Unidade	Processo	Tipo	Mês	Ano
CGGEO	08620.003902/2022-26	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003904/2022-15	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003908/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003921/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003947/2022-09	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003968/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.003970/2022-95	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000563/2022-00	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004009/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004055/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004063/2022-63	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004064/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08749.000590/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08755.001174/2022-92	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004287/2022-75	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08755.001200/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08752.000576/2022-08	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08749.000615/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004343/2022-71	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022

Unidade	Processo	Tipo	Mês	Ano
CGGEO	08761.000240/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004368/2022-75	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004426/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004430/2022-29	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08746.000367/2022-35	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000636/2022-55	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000640/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000641/2022-68	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000642/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004494/2022-20	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000651/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000652/2022-48	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000653/2022-92	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000654/2022-37	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08755.001273/2022-74	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08755.001274/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004637/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000670/2022-20	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08763.000689/2022-76	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.004890/2022-57	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08755.001365/2022-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	5	2022
CGGEO	08620.005057/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000729/2022-80	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000710/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000718/2022-88	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000723/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005251/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005292/2022-03	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000774/2022-34	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000776/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000777/2022-78	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005323/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000739/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000740/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000744/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000748/2022-94	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005392/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005447/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005451/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005486/2022-09	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000776/2022-10	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005512/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000778/2022-09	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005529/2022-48	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000786/2022-47	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000818/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000819/2022-59	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.005773/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08749.000830/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08755.001573/2022-53	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000880/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.006059/2022-30	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08620.006060/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	6	2022
CGGEO	08763.000896/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000898/2022-10	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000899/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000900/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000860/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000861/2022-70	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000862/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000870/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000873/2022-02	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000925/2022-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000909/2022-40	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000910/2022-74	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006371/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006406/2022-24	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000955/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000957/2022-50	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000958/2022-02	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000960/2022-73	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000961/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000962/2022-62	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000964/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000968/2022-30	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000969/2022-84	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000958/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006674/2022-46	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006678/2022-24	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006681/2022-48	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006682/2022-92	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006684/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006689/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006693/2022-72	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006695/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08763.000996/2022-57	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006700/2022-36	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006702/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.000973/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006733/2022-86	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006734/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08755.001777/2022-94	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08755.001781/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022

Unidade	Processo	Tipo	Mês	Ano
CGGEO	08620.006846/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006888/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.001013/2022-88	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.001015/2022-77	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.001018/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006941/2022-85	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.006946/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.007121/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.007124/2022-44	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08620.007127/2022-88	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	7	2022
CGGEO	08749.001052/2022-85	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007397/2022-99	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08755.001912/2022-00	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007511/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007547/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08755.001931/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007622/2022-97	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007623/2022-31	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001104/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007676/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007677/2022-05	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.007678/2022-41	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001107/2022-57	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001112/2022-60	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001115/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08763.001120/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08763.001122/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08763.001123/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001137/2022-63	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001138/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001153/2022-56	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001154/2022-09	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001155/2022-45	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001157/2022-34	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001159/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08763.001157/2022-56	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.008128/2022-40	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001183/2022-62	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08759.001385/2022-95	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08749.001194/2022-42	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08620.008223/2022-43	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08755.002079/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022
CGGEO	08755.002080/2022-31	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	8	2022

Em termos de análises técnicas no contexto de processos de licenciamento ambiental, foram realizadas 50 análises de distintos processos de licenciamento ambiental, conforme revela a Tabela 2.

Tabela 2. Relação de análises técnicas de licenciamento ambiental com análise finalizada no período de **maio** a **agosto** de 2022.

Unidade	Processo	Tipo	Mês	Ano
CGGEO	08620.003916/2022-40	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004056/2022-61	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004059/2022-03	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004060/2022-20	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004080/2022-09	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08084.002515/2022-97	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004104/2022-11	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004220/2022-31	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004249/2022-12	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08753.000115/2022-17	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004369/2022-10	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004378/2022-19	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004413/2022-91	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004477/2022-92	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004483/2022-40	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004566/2022-39	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004599/2022-89	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004760/2022-14	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004761/2022-69	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004787/2022-15	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004862/2022-30	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004865/2022-73	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08620.004946/2022-73	Licenciamento Ambiental	5	2022
CGGEO	08087.000485/2022-54	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005064/2022-25	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005114/2022-74	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005126/2022-07	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005254/2022-42	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005260/2022-08	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005261/2022-44	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005291/2022-51	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005324/2022-62	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005325/2022-15	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005437/2022-68	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005452/2022-14	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.005839/2022-62	Licenciamento Ambiental	6	2022
CGGEO	08620.006234/2022-99	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006298/2022-90	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08761.000351/2022-34	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006496/2022-53	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006572/2022-21	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006573/2022-75	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006587/2022-99	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006589/2022-88	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.006644/2022-30	Licenciamento Ambiental	7	2022

Unidade	Processo	Tipo	Mês	Ano
CGGEO	08620.006648/2022-18	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.007190/2022-14	Licenciamento Ambiental	7	2022
CGGEO	08620.007743/2022-39	Licenciamento Ambiental	8	2022
CGGEO	08620.008044/2022-14	Licenciamento Ambiental	8	2022
CGGEO	08620.008045/2022-51	Licenciamento Ambiental	8	2022
CGGEO	08620.008089/2022-81	Licenciamento Ambiental	8	2022

3° QUADRIMESTRE:

Em termos de análise de reconhecimento de limites, foram analisados 217 processos de Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas.

Tabela 1. Relação de análises técnicas de reconhecimento de limites com análise finalizada no período de **setembro** a **dezembro** de 2022.

Órgão	Unidade	Processo	Tipo
FUNAI	CGGEO	08620.006608/2017-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.012946/2015-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.086849/2014-10	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.004218/2018-85	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.000083/2012-68	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010405/2020-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010420/2020-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.005648/2021-10	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.006237/2021-41	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.006595/2021-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008099/2021-35	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008680/2021-57	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.000356/2022-71	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.001892/2022-94	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08087.000307/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.002247/2022-99	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.002531/2022-65	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.003449/2022-58	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001200/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08752.000576/2022-08	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08761.000240/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001273/2022-74	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001274/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.004890/2022-57	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001365/2022-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.000723/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.005447/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.000786/2022-47	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.000818/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.000860/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.006371/2022-23	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.006406/2022-24	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.006734/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001781/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.007097/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001052/2022-85	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.007397/2022-99	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001912/2022-00	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.007547/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001931/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.007622/2022-97	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001183/2022-62	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08759.001385/2022-95	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001194/2022-42	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008339/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008385/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001231/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001234/2022-56	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001231/2022-34	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001256/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001258/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008574/2022-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008578/2022-32	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001259/2022-50	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008634/2022-39	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008650/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008705/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001255/2022-93	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008731/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008732/2022-76	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008733/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001282/2022-44	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.008750/2022-58	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001285/2022-88	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001263/2022-30	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.002227/2022-92	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009001/2022-48	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001317/2022-45	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.002277/2022-70	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009357/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001315/2022-78	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001316/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001317/2022-67	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001319/2022-56	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001320/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001321/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009456/2022-63	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001324/2022-69	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001325/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001344/2022-18	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001345/2022-62	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001346/2022-15	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001347/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas

FUNAI	CGGEO	08749.001350/2022-75	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001352/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001354/2022-53	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001355/2022-06	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001356/2022-42	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009640/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009654/2022-27	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009706/2022-65	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001374/2022-24	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.002391/2022-08	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08067.001789/2022-77	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009813/2022-93	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001399/2022-28	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001400/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001401/2022-69	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001402/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001394/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009934/2022-35	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.009963/2022-05	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010041/2022-32	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010043/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010045/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010046/2022-65	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010048/2022-54	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010155/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010156/2022-27	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010176/2022-06	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010177/2022-42	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010178/2022-97	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010185/2022-99	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010186/2022-33	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010187/2022-88	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010188/2022-22	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010189/2022-77	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010190/2022-00	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010191/2022-46	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010192/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010228/2022-36	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010230/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010300/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010305/2022-58	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001441/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010561/2022-45	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001460/2022-37	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001461/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001470/2022-72	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001471/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010690/2022-33	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001473/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001474/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010706/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010748/2022-49	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.010848/2022-75	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.002592/2022-05	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011006/2022-31	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08087.000975/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011039/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08755.001929/2022-99	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001538/2022-35	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001539/2022-80	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001540/2022-12	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001541/2022-59	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08763.001542/2022-01	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011149/2022-42	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011153/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011154/2022-55	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011158/2022-33	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011165/2022-35	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011175/2022-71	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011176/2022-15	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011177/2022-60	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011186/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011204/2022-02	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011207/2022-38	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011209/2022-27	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011212/2022-41	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011213/2022-95	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011216/2022-29	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011217/2022-73	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011220/2022-97	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011221/2022-31	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011222/2022-86	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011223/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011225/2022-10	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011229/2022-06	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011231/2022-77	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011232/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011240/2022-68	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011266/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011269/2022-40	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011307/2022-64	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011308/2022-17	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011312/2022-77	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011322/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011326/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011330/2022-59	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011348/2022-51	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011352/2022-19	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas

FUNAI	CGGEO	08620.011390/2022-71	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011391/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011398/2022-38	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011401/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011481/2022-15	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011501/2022-40	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001562/2022-52	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011568/2022-84	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011601/2022-76	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011624/2022-81	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011625/2022-25	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011628/2022-69	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011630/2022-38	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011631/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011634/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011635/2022-61	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011636/2022-13	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011637/2022-50	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011639/2022-49	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001568/2022-20	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011703/2022-91	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011707/2022-70	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011708/2022-14	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011709/2022-69	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011711/2022-38	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011712/2022-82	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011713/2022-27	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011793/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001592/2022-69	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001593/2022-11	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.011821/2022-08	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08749.001629/2022-59	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.012083/2022-16	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.012085/2022-05	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.012097/2022-21	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas
FUNAI	CGGEO	08620.012142/2022-48	Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas

Em termos de análises técnicas no contexto de processos de licenciamento ambiental, foram realizadas 313 análises de distintos processos de licenciamento ambiental, conforme revela a Tabela 2.

Tabela 2. Relação de análises técnicas de licenciamento ambiental com análise finalizada no período de **setembro** a **dezembro** de 2022.

Órgão	Unidade	Processo	Tipo
FUNAI	CGGEO	08620.057968/2014-26	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.019136/2012-40	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002220/2006-86	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.045481/2013-10	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.123365/2015-19	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002046/2011-39	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.043983/2015-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.040521/2015-07	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004900/2018-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007559/2018-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.086154/2014-07	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08197.000190/2018-54	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.000394/2019-29	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08748.000768/2019-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009877/2019-99	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011920/2019-86	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004324/2020-83	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005084/2020-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005586/2020-65	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006166/2020-04	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009369/2020-44	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08748.000661/2020-65	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005765/2021-83	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007820/2021-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008620/2021-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009024/2021-71	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.000896/2022-55	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08755.000446/2022-37	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002330/2022-68	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002760/2022-80	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002763/2022-13	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002766/2022-57	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002769/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002770/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002778/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002833/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.002842/2022-24	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003087/2022-03	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003093/2022-52	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003096/2022-96	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003098/2022-85	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003103/2022-50	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003286/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003351/2022-09	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003353/2022-90	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003357/2022-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003358/2022-12	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003371/2022-71	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003372/2022-16	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003373/2022-61	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003374/2022-13	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003391/2022-42	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003396/2022-75	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003463/2022-51	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003467/2022-30	Licenciamento Ambiental

FUNAI	CGGEO	08620.003546/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003557/2022-21	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003561/2022-99	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003610/2022-93	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003757/2022-83	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003800/2022-19	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003802/2022-08	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.003805/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004116/2022-46	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08773.000301/2022-18	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004173/2022-25	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004196/2022-30	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004197/2022-84	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004198/2022-29	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004221/2022-85	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004248/2022-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004251/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004252/2022-36	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004284/2022-31	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004333/2022-36	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004334/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004335/2022-25	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004336/2022-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004337/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004339/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004340/2022-38	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004341/2022-82	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004344/2022-16	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004376/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004396/2022-92	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004397/2022-37	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004413/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004475/2022-01	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004570/2022-05	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004571/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004579/2022-16	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004600/2022-75	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004603/2022-17	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004604/2022-53	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004605/2022-06	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004606/2022-42	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004607/2022-97	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004608/2022-31	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004613/2022-44	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004635/2022-12	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004643/2022-51	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004704/2022-80	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004718/2022-01	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004748/2022-18	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004804/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004846/2022-47	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004847/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004947/2022-18	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004952/2022-21	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.004954/2022-10	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005061/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005062/2022-36	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005103/2022-94	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005111/2022-31	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005186/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005188/2022-19	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005231/2022-38	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005252/2022-53	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005255/2022-97	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005262/2022-99	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005263/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005265/2022-22	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005287/2022-92	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005289/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005325/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005437/2022-68	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005466/2022-20	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005489/2022-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005528/2022-01	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005581/2022-02	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005582/2022-49	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005586/2022-27	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005649/2022-45	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005697/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005701/2022-63	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005745/2022-93	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005767/2022-53	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005830/2022-51	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005832/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005836/2022-29	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005885/2022-61	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005886/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005887/2022-51	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005889/2022-40	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.005891/2022-19	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006027/2022-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006038/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006057/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006058/2022-95	Licenciamento Ambiental

FUNAI	CGGEO	08620.006061/2022-17	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006116/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006233/2022-44	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006235/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006237/2022-22	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006238/2022-77	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006239/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006253/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006258/2022-48	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006269/2022-28	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006299/2022-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006328/2022-68	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006374/2022-67	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006391/2022-02	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006436/2022-31	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006451/2022-89	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006468/2022-36	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006470/2022-13	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006481/2022-95	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006522/2022-43	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006560/2022-04	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006561/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006900/2022-99	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006955/2022-07	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006956/2022-43	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006958/2022-32	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006959/2022-87	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006960/2022-10	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006962/2022-09	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006963/2022-45	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006964/2022-90	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006965/2022-34	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006966/2022-89	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.006967/2022-23	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007015/2022-27	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007059/2022-57	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007120/2022-66	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007128/2022-22	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007131/2022-46	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007133/2022-35	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007135/2022-24	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007137/2022-13	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007138/2022-68	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007139/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007144/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007199/2022-25	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007200/2022-11	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007270/2022-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007339/2022-65	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007398/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007400/2022-74	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007401/2022-19	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007402/2022-63	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007404/2022-52	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007406/2022-41	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007409/2022-85	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007417/2022-21	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007615/2022-95	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007624/2022-86	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007652/2022-01	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007654/2022-92	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007656/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007657/2022-26	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007658/2022-71	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007659/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007660/2022-40	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007662/2022-39	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007685/2022-43	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007692/2022-45	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007730/2022-60	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007756/2022-16	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007757/2022-52	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007758/2022-05	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.007833/2022-20	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008044/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008045/2022-51	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008052/2022-52	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008089/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008224/2022-98	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008242/2022-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008324/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008353/2022-86	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008357/2022-64	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008420/2022-62	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008439/2022-17	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008440/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008442/2022-22	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008448/2022-08	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008449/2022-44	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008450/2022-79	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008452/2022-68	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008621/2022-60	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008638/2022-17	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008652/2022-11	Licenciamento Ambiental

FUNAI	CGGEO	08620.008674/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008677/2022-14	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008685/2022-61	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008686/2022-13	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008687/2022-50	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008688/2022-02	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008689/2022-49	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008789/2022-75	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008822/2022-67	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008866/2022-97	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008879/2022-66	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008936/2022-15	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.008995/2022-85	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009052/2022-70	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009120/2022-09	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009156/2022-84	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009183/2022-57	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009273/2022-48	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009276/2022-81	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009278/2022-71	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009280/2022-40	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009281/2022-94	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009282/2022-39	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009350/2022-60	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009398/2022-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009403/2022-42	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009411/2022-99	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009428/2022-46	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009429/2022-91	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009467/2022-43	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009478/2022-23	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08749.001351/2022-10	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009592/2022-53	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009679/2022-21	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009680/2022-55	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009798/2022-83	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009801/2022-69	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009810/2022-50	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	00663.001552/2022-55	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009860/2022-37	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009884/2022-96	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.009885/2022-31	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010105/2022-03	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08749.001431/2022-75	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010390/2022-54	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010429/2022-33	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010559/2022-76	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010641/2022-09	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010728/2022-78	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010766/2022-21	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.010772/2022-88	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011055/2022-73	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011091/2022-37	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011124/2022-49	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011132/2022-95	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011282/2022-07	Licenciamento Ambiental
FUNAI	CGGEO	08620.011331/2022-01	Licenciamento Ambiental

CGAF:

A **Tabela 1** abaixo traz informações referentes a todo o exercício de 2022 em relação às indenizações realizadas (ordens bancárias emitidas) em favor de não indígenas que edificaram benfeitorias em ocupações de boa-fé em TIs, as quais são objeto da Meta 2 no âmbito da Política Pública de Identificação, Demarcação e Regularização Fundiária de Terras Indígenas. Na segunda coluna da tabela, verifica-se o cômputo de 16 novas ocupações não indígenas indenizadas e, ainda, 5 complementações de indenizações já realizadas naquele e em outros exercícios. Dentre as novas ocupações não indígenas indenizadas, 15 são de TIs localizadas na região Nordeste e 1 na região Centro-Oeste.

No total, por meio da emissão de ordens bancárias, liquidou-se o valor de **R$ 14.532.519,97 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e dezenove reais e noventa e sete centavos)**, do qual R$ 705.429,37 é de Restos a Pagar - RP de 2019; R$ 9.662,44 é de RP de 2020; e R$ 751.784,78 é de RP de 2021. Todo o restante, R$ 13.065.643,39, foi disponibilizado via orçamento do exercício de 2022.

Quadrimestre	Nº	Data do Pagamento	Terra Indígena	UF	Valor Liquidado		Depósito Administrativo ou Judicial	Coordenação-Regional
					Restos a Pagar	Orçamento 2022		
1	complementação	22/02/2022	Serrinha	RS	-	R$ 1.007,13	Judicial	Passo Fundo
1	complementação	30/03/2022	Serrinha	RS	-	R$ 55.984,01	Judicial	Passo Fundo
2	1	04/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	R$ 751.784,78 (RP 2021)	R$ 455.448,76	Administrativo	Sul da Bahia
2	2	10/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.256.000,97	Administrativo	Sul da Bahia
2	3	10/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 309.940,87	Administrativo	Sul da Bahia
2	complementação	10/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 309.940,87	Administrativo	Sul da Bahia
2	complementação	10/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 309.940,88	Administrativo	Sul da Bahia
2	4	17/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.224.687,41	Administrativo	Sul da Bahia
2	5	23/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.238.474,57	Judicial	Sul da Bahia
2	6	23/05/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.408.389,81	Administrativo	Sul da Bahia
2	7	26/05/2022	Xukuru	PE	-	R$ 80.388,02	Administrativo	Nordeste I
2	8	26/05/2022	Xukuru	PE	-	R$ 2.520,93	Administrativo	Nordeste I
2	complementação	22/07/2022	Serrinha	RS	-	R$ 172.788,68	Judicial	Passo Fundo
2	9	11/08/2022	Pequizal do Naruvôtu	MT	-	R$ 142.777,45	Judicial	Xingu
3	complementação	19/09/2022	Serrinha	RS	-	R$ 66.876,59	Judicial	Passo Fundo
3	complementação	01/11/2022	Serrinha	RS	-	R$ 62.206,82	Judicial	Passo Fundo
3	complementação	07/11/2022	Entre Serras	PE	-	R$ 16.849,31	Judicial	Baixo São Francisco
3	10	13/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	R$ 705.429,37 (RP 2019) R$ 9.662,44 (RP 2020)	R$ 23.347,64	Administrativo	Sul da Bahia
3	11	13/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 218.160,00	Administrativo	Sul da Bahia
3	complementação	13/12/2022	CaramuruParaguassu	BA	-	R$ 309.940,87	Administrativo	Sul da Bahia
3	12	15/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.724.471,08	Administrativo	Sul da Bahia
3	13	22/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 865.357,20	Administrativo	Sul da Bahia
3	14	23/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 1.761.314,67	Administrativo	Sul da Bahia
3	15	23/12/2022	Caramuru/Paraguassu	BA	-	R$ 998.361,59	Administrativo	Sul da Bahia
3	16	29/12/2022	Entre Serras	PE	-	R$ 50.467,26	Depósito Judicial	Baixo São Francisco
Subtotal					**R$ 1.466.876,59**	**R$ 13.065.643,39**	-	

Valor Total Liquidado em Indenizações (Restos a Pagar + Orçamento 2022)	R$ 14.532.519,97	

Informa-se também a realização de empenhos inscritos em restos a pagar de 2022, com planejamento para liquidação em 2023, no valor de R$ 1.935.679,86, junto à Coordenação Regional Sul da Bahia, com o objetivo de prosseguir às indenizações na TI Caramuru/Paraguassu/BA; e de R$ 8.995,57, junto à Coordenação Regional Baixo São Francisco, para indenização de ocupante não indígena da TI Entre Serras/PE.

No Total, do orçamento de 2022 (liquidado e inscrito em restos a pagar), executou-se o valor de **R$ 15.010.318,82 (quinze milhões, dez mil trezentos e dezoito reais e oitenta e dois centavos)** com indenizações.

4. OUTRAS AÇÕES OU ATIVIDADES NÃO MENSURADAS NOS ITENS ANTERIORES

Apresentar os resultados de outras ações ou atividades não mensuradas pelo indicador principal (estratégico) ou pelos indicadores do sistema de monitoramento interno.

CGID:

Em termos de análises técnicas no contexto de processos de licenciamento ambiental, foram realizadas 152 análises de distintos processos de licenciamento ambiental.

Foram elaborados alguns documentos com propostas de atuação:

- 08620.000153/2022-85: Informação Técnica Conjunta nº1/2022 Seato - COIM / COREM (4195020) - **Sistematização de informações: composição de Grupos Técnicos de identificação e delimitação de terras indígenas** e
- 08620.008480/2022-85: Informação Técnica 146 (4473430) - **Proposta de Termo de Execução Descentralizada (TED) à UFAM visando composição de GTs no meio e alto Rio Solimões/AM**

Em termos de análises técnicas, por meio de suas três Coordenações de Área e Serviços, foram elaboradas cerca de **1.113 (mil cento e treze informações)** Informações Técnicas. Destas, perto de **500** Informações versam sobre licenciamento ambiental e **130** prestam subsídios ao Ministério Público Federal. Foram elaboradas **10** ITs de Análise de Reivindicação, previstas no Planejamento de 2022.

CGGEO:

Foram realizadas inúmeras outras análises técnicas que, para facilitar a compreensão dos números, foram agrupadas na forma da Tabela 3.

Tabela 3. Relação de outras atividades não mensuradas nos itens anteriores realizadas no período de **setembro** a **dezembro** de 2022.

Tipo	Quantidade
Ação Fundiária (ações de usucapião, ações possessórias e ações de desapropriação indireta)	6
Acesso à Informação: Demanda do e-SIC	41
Agradecimentos. Convites. Felicitações. Pêsames	1
Análise Cartográfica	3
Arrecadação: Cumprimento de Ação Judicial	2
Arrecadação: Subsidiar Ação Judicial	1
Assessoramento Jurídico	25
Assistência Jurídica	17
Assuntos Transitórios: Comunicados e Informes em Geral	5
Atendimento ao Público: Consultas. Prestação de Serviços	1
Atendimento ao Público: Pedido de Vista Processual	6
Atestado Administrativo	5
Atualização Cadastral: Pessoal	1
Aviventação de limites das terras indígenas	1
Cartografia: Atualização de mapas de terras indígenas	1
Cartografia: Produção de mapas de terras indígenas	1
Compra/Contratação	1
Comunicação Social: divulgação interna	3
Conflito Territorial	1
Conflitos Indígenas	1
Conservação e Recuperação Ambiental em Terras Indígenas	1
Credenciamento de acesso ao Edificio e/ou Estacionamento	1
Defesa Judicial e Extrajudicial	2
Demanda Externa	29
Demanda Externa: Cidadão (Pessoa Física)	18
Demanda Externa: Judiciário	15
Demanda Externa: Ministério Público Estadual	1
Demanda Externa: Ministério Público Federal	19
Demanda Externa: Orgãos Governamentais Estaduais	20
Demanda Externa: Orgãos Governamentais Federais	12
Demanda Externa: Outras Entidades Privadas	1
Demanda Externa: Outros Orgãos Públicos	13
Demarcação física de terras indígenas	16
Denúncias	1
Desintrusão de ocupantes não índios	1
Diárias: Viagem a Serviço	3
Direitos Indígenas	57
Estudos Multidisciplinares de Identificação e Delimitação	1
Eventos: Congressos, Conferências, Seminários, Simpósios, Encontros, Convenções e Palestras	1
Finanças: Reembolso/Ressarcimento	1
Geoprocessamento	3
Gestão da Informação: Gestão Documental	1
Gestão da Informação: Normatização Interna	1
Gestão de Contrato: Acompanhamento da Execução	2
Gestão de Projetos: Planejamento e Execução	1
Gestão de TIC: Credenciamento em Rede/Pasta/E-mail/Internet/Telefone	6
Gestão de TIC: Desenvolvimento e controle de sistemas informatizados	1
Gestão e Controle: Coordenação - Demandas Internas	1
Gestão e Controle: Executar Auditoria Interna	1
Homologação de Terras Indígenas	1
Identificação e Delimitação de Terras Indígenas	11
Informação Territorial	6
Infraestrutura Comunitária Destinados aos Povos Indígenas	1
Ingresso em Terras Indígenas: Pesquisa Científica	1
Levantamento Fundiário	2
Licenciamento Ambiental	305
Licenciamento Ambiental: Setor de Energia	10
Licenciamento Ambiental: Setor de Transporte	1
Licitação: Ata de RP-Participante	1
Licitação: Dispensa - Até o Limite Legal	4
Licitação: SRP: Serviços continuados sem mão de obra exclusiva	1
Logística e Custos das Ações Fundiárias	2
Manejo de Recursos Naturais	1
Mapas de Terras Indígenas	1

Monitoramento Territorial: Fiscalização	2
Orçamento: Acompanhamento Orçamentário	3
Orçamento: Créditos Adicionais	1
Orçamento: Execução Orçamentária	6
Organização e Funcionamento	8
Organização e Funcionamento: Audiências, Despachos, Reuniões	1
Organização e Funcionamento: comissões. conselhos. grupos de trabalho. juntas. comitês.	1
Organização e Funcionamento: outros assuntos referentes à organização e funcionamento	1
Organizações Indígenas	1
Patrimônio: Gestão de Bens Móveis	7
Patrimônio: Serviços de Manutenção. Bens Imóveis	1
Pessoal: Controle de Frequência/Abono de Falta	2
Pessoal: Controle de Frequência/Folha de Ponto	4
Pessoal: Curso de Pós-Graduação	1
Pessoal: Curso Promovido por outra Instituição	3
Pessoal: Delegação de Competência	1
Pessoal: Estágio - Dossiê do Estagiário	4
Pessoal: Movimentação de Servidor	1
Pessoal: Nomeação/Exoneração de Cargo Comissionado e Designação/Dispensa de Substituto	3
Pessoal: Normatização Interna	2
Pessoal: Orientações e Diretrizes Gerais	1
Pessoal: Progressão e Promoção (Quadro Efetivo)	1
Pessoal: Remoção a Pedido com Mudança de Sede	1
Pessoal: Saúde - Plano de Saúde	3
Pessoal: Subsidiar Ação Judicial	1
Pessoal: Vacância - Posse em Cargo Inacumulável	1
Planejamento Anual de Atividades	1
Planejamento Estratégico: Gestão do Plano Estratégico	6
Planejamento Estratégico: Monitoramento Temático	1
Planejamento Tático: Plano Anual de Ação	1
Plano Anual de Trabalho	2
Planos de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas - PGTAs	1
Promoção e Proteção da Cidadania para os Povos Indígenas	1
Proteção Territorial	5
Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas	217
Regularização Fundiária das Terras Indígenas	3
Reivindicação Fundiária: Terras Indígenas	1
Relações Internacionais: Cooperação Internacional	1
Representação Judicial	1
Reserva Indígena: Aquisição de Imóvel	1
Reserva Indígena: Procedimentos Administrativos	1
Sistema Eletrônico de Informações	1
Sobreposições entre Terras Indígenas e Unidades de Conservação e Mosaicos	2
Veículo: Cadastro. Licenciamento. Emplacamento	1
TOTAL:	1.009

CGAF:

AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA 3º QUADRIMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2022:

Conforme destacado na introdução, informa-se pela conclusão Parecer Técnico do material do levantamento e avaliação de benfeitorias implantadas por ocupantes não indígenas na Terra Indígena Cachoeira Seca, material que viabiliza o cômputo do valor indenizatório necessário ao pagamento de ocupantes não indígenas e, consequentemente, desocupação desses da TI, com vistas à posse plena pelo povo Arara. Pondera-se, entretanto, pendência relacionada à deliberação sobre o caráter das ocupações, identificando-se aquelas que se encontram de boa ou má-fé, a ser realizada pela Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias - CPAB.

Houve também diligência de campo, com o objetivo de avaliar os aspectos ambientais, antropológicos e agronômicos em imóvel objeto de aquisição para constituição da Reserva Indígena - RI Riozinho, localizada em Riozinho/RS. O resultado dessa missão materializou-se na emissão do primeiro Laudo de Avaliação de Imóvel Rural - LAIR elaborado por servidores especializados em ciências agrárias da Funai, fruto de ação de capacitação realizada em fevereiro de 2022, com o apoio da CODEP/CGGP. Assim, para a conclusão na constituição da RI Riozinho, resta a aquisição do imóvel via recurso do extinto PACIG (renda do patrimônio indígena), procedimento que se encontra em andamento. Ademais, estão em fase de conclusão outros 3 LAIR's de imóveis objetos da proposta de constituição da RI Coroa Vermelha Gleba C, localizada em Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, na Bahia.

Outras diligências, ações e atividades relevantes:

a) Diligência na TI Pankararu/PE, para acompanhamento de perícia que contestou o valor das benfeitorias depositado em juízo pela Funai;

b) Atendimento a recomendações de auditoria, cujo resultado otimizou o estabelecimento de critérios de prioridade para pagamento de ocupantes não indígenas de boa-fé com indenizações pendentes;

c) Diligência na Aldeia Takwayrá , com o objetivo de levantar características e discutir com a comunidade indígena Krahô a região de interesse para prospecção de imóveis e a quantidade de famílias, para fins constituição de Reserva Indígena.

SÍNTESE DAS PRINCIPAIS AÇÕES DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REALIZADAS NO EXERCÍCIO DE 2022:

I - **Levantamento de Benfeitorias:**

a) TI Lagoa Encantada/CE - 1 ocupação com benfeitorias cadastradas em formulário próprio da Funai;

b) TI Tapeba/CE - 3 ocupações com benfeitorias cadastradas em formulário próprio da Funai;

II - **Emissão de Laudo de Avaliação de Benfeitorias:**

a) TI Cajuhiri Atravessado/AM - 5 laudos de avaliação emitidos

III - **Análise da Boa-fé:**

a) TI Cachoeira Seca/PA - Iniciou-se a deliberação sobre o carácter das ocupações não indígenas pela Comissão Permanente de Análise de Benfeitorias, a ser continuada no exercício de 2023;

IV - **Pagamento de Indenização a Ocupantes não Indígenas :**

a) TI Serrinha/RS - 2 ocupações não indígenas indenizadas, em complementação a pagamentos já realizados em momentos anteriores;

b) TI Caramuru/Paraguassu/BA - 12 novas ocupações não indígenas indenizadas e 3 complementações;

c) TI Xukuru/PE - 2 novas ocupações não indígenas indenizadas;

d) TI Pequizal do Natuvôtu/MT - 1 nova ocupação não indígena indenizada;

e) TI Entre Serras/PE - 1 nova ocupação não indígena indenizada.

V - **Registros de Terras Indígenas:**

a) Continuidade do atendimento às recomendações do Tribunal de Contas da União ao Poder Executivo Federal, a respeito da atualização dos cadastros e registros das Terras Indígenas. Sobre esse item, foram realizadas 27 averbações de incidência municipal e abertura de 6 novas matrículas de terras indígenas sobrepostas a municípios que foram emancipados após a regularização do registro cartorial da TI em nome da União pela Funai;

VI - **Constituição de Reserva Indígena:**

a) Constituição de Grupo Técnico avaliação dos imóveis rurais inseridos na proposta de constituição da Reserva Indígena Coroa Vermelha Gleba C, missão que se materializará na emissão de 3 Laudos de Avaliação de Imóveis Rurais - LAIRs;

b) Emissão do LAIR do imóvel objeto de aquisição para constituição da Reserva Indígena Riozinho/RS;

VII - **Outras Ações:**

a) Qualificação da situação fundiária da TI Krikati/MA, diante de denúncias de possíveis irregularidades na ocupação e uso da terra indígena por parte de não indígenas;

b) Diversas ações de campo na TI Serrinha/RS, para fins de confirmação da existência, da localização e da titularidade das benfeitorias cadastradas pela Funai à época do levantamento;

c) Ação na TI Apiaká/Kayabi/MT, com o objetivo de confirmar a existência de ocupantes não indígenas;

d) Entrega da minuta do Manual de Levantamento de Benfeitorias;

5. ANÁLISE DO RESULTADO

Apresentar informações qualitativas de análise do resultado, descrevendo situações que impactaram positiva ou negativamente o resultado. Poderão ser apresentados gráficos, imagens, tabelas, mapas e outros recursos visuais, elaborados a critério da unidade coordenadora da política.
A análise deve contemplar necessariamente os seguintes pontos:
a) Pontos positivos durante a execução;
b) Pontos negativos durante a execução;
c) Alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos.

Caso o documento SEI não comporte todos recursos visuais (máx. 20MB), é possível colocá-los como anexos ao documento.

A política de identificação, demarcação e regularização fundiária alcançou o resultado esperado para o período, inclusive superando em muito meta inicialmente prevista. Este resultado demonstra o esforço e a eficiência da atuação dos servidores na busca da implementação da política e a necessidade de ajustes das metas de cada unidade.

Como pontos positivos identificamos:

- Participação efetiva dos servidores no alcance dos resultados;
- Eficiência na utilização dos recursos públicos;
- Atingimento da meta prevista;

Como pontos negativos destacamos:

- Cenário pandêmico que ainda exige cuidados;
- Judicialização de demandas;
- Dificuldade na arregimentação de profissionais para constituição de Grupos Técnicos

As alternativas elaboradas para enfrentar os pontos negativos são:

- Planejamento adequado e metas que incorpore e espelhe as atribuições regimentais da DPT
- Contratação de pessoal terceirizado e especializado para suprir a carência de pessoal existente na DPT e demais Coordenações-Gerais, buscando dar celeridade aos processos de demarcação em curso, que aguardam orientação para prosseguimento.
- Consolidar e normatizar os fluxos internos da DPT e Coordenações-Gerais;
- Aprofundar a discussão de gestão de riscos e controles internos na unidade;
- Adoção de novos mecanismos de monitoramento.

Especificamente quanto ao pagamento de indenizações, sob responsabilidade da CGAF, necessário pontuar o que segue:

De início, analisa-se os resultados obtidos no âmbito do **pagamento de indenização a não indígenas titulares de ocupações de boa-fé sobrepostas a terras indígenas** (Meta 2). O resultado de 16 ocupações indenizadas, inferior à meta de 20, justifica-se no corte de recursos necessários à indenização das ocupações e nas dificuldades enfrentadas ao longo do exercício de 2022 em relação aos entendimentos jurídicos relacionados à prescrição de direito indenizatório, diferentemente do que vinha sendo praticado anteriormente. Ressalta-se que essa questão foi superada apenas ao final ano, quando da elaboração de Parecer jurídico que acolheu entendimento técnico dos servidores que atuam na regularização fundiária de terras indígenas, de forma que se estabeleceu a primeira oferta do valor indenizatório como marco temporal para início da contagem quinquenal do prazo prescricional.

Apesar disso, observa-se a execução de mais de 99% do orçamento disponibilizado no Plano Orçamentário nº 02 em 2022, dos quais 89,5% foram em pagamento de indenização. Tal fato (diminuto número de ocupações indenizadas + alto valor executado) ocorreu em razão do passivo indenizatório ainda existente na TI Caramuru/Paraguassu, composto por ocupações de alto valor. Esse cenário contribui para a execução do recurso, mas diminui o número de ocupações indenizadas, devido ao escasso orçamento disponibilizado para esse fim nos últimos exercícios.

No âmbito da **constituição de Reservas Indígenas**, houve desalinhamento de entendimentos técnicos, jurídicos e de gestão junto aos demais setores desta Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em especial, tocante à inexigibilidade de licitação para aquisição de imóveis para constituição de Reservas Indígenas. Além disso, a totalidade do recurso orçamentário que havia sido disponibilizado no PO 04 foi cancelado, fato que impediu a aquisição de imóveis com recursos da União no exercício de 2022.

Outro ponto a ser destacado é a falta de retorno dos Cartórios de Registros de Imóveis - CRIs aos Ofícios encaminhados pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em que se solicitou a retificação e/ou abertura de novas matrículas das terras indígenas, trabalho realizado de forma contínua, ainda que com apenas 2 servidores na Coordenação de Registros de Terras Indígenas - CORI, responsável por essa ação.

Por fim, destaca-se que a ausência de homologação e declaração de áreas indígenas em 2022, contribuiu para diminuição das ações voltadas para regularização fundiária, o que se reflete na redução dos procedimentos de indenização e outros indicadores da política.

Como alternativas para enfrentamento das dificuldades, destaca-se abaixo as principais sugestões:

a) Reforço no orçamento destinado ao PO 02, com o objetivo de atenuar o passivo de indenização existente em favor de ocupantes não indígenas de boa-fé;

b) Não cancelamento e reforço do recurso disponibilizado no PO 04, de forma que esse seja utilizado em sua integralidade para aquisição de imóveis relacionados à constituição de Reservas Indígenas;

c) Realinhamento de entendimentos entre os setores técnicos, jurídicos e com a alta gestão da Funai, com o objetivo de dar prosseguimento à sua missão institucional, nos termos da legislação vigente;

d) Realização de concurso público específico, com vagas para candidatos formados em ciências agrárias e que possam atuar em ações de regularização fundiária de campo.

6. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Preencher a tabela abaixo sobre os instrumentos de execução orçamentária utilizados durante a execução da política.
Atentar para o glossário e para as orientações de preenchimento descritas abaixo da tabela.

Fonte / Origem	AO	PO	Valor Total	Descentralizado		Empenhado		Liquidado	
				Valor	%	Valor	%	Valor	%
Orçamento Federal	20UF	0002 e 0004	R$ 16.772.188,00	R$ 16.772.188,00	100,00	R$ 16.765.224,12	99,96	R$ 14.607.885,41	87,1
Orçamento Federal (Recurso de Emenda Parlamentar)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TEDs	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Convênios	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Renda Indígena	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras Fontes*	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Total			R$ 16.772.188,00	R$ 16.772.188,00	100,00	R$ 16.765.224,12	99,96	R$ 14.607.885,41	87,1
Observações:									

Glossário:

- **Coluna "Fonte / Origem":** Origem de recursos postos à disposição do gestor para a execução da política pública em questão. Os Ted's e Convênios referem-se aos instrumentos em que a FUNAI figura como executor e não repassador, ou seja, recursos não próprios que ela executa;
- **Valor Total:** Indicar o valor total dos instrumentos em execução;
- **Coluna "AO":** Código da "Ação Orçamentária";
- **Coluna "PO":** Código do "Plano Orçamentário";
- **As Colunas "Descentralizado, Empenhado e Liquidado":** informam os valores de cada fonte que já foram destinados para o cumprimento de ações nos diferentes estágios da execução orçamentária. **Subcoluna "Valor" refere-se aos valores** em reais dos recursos originados de cada fonte. A subcoluna "%" ao lado de cada valor refere-se ao percentual tendo por denominador o Valor Total.
- **A linha "Total":** Soma dos campos acima, à exceção dos percentuais que devem ser calculados tomando por referência a Soma "$**".**

7.1 Análise da Execução Orçamentária

Apresentar análise dos diferentes estágios da execução orçamentária, os principais desafios e oportunidades em relação ao quadrimestre anterior.

A execução orçamentária da CGID se faz através dos instrumentos da diretoria de proteção territorial, vez que as metas de prestação de subsídios não dependem de tais instrumentos.

Na CGGEO, no ano de 2022, registrou-se um grande volume de análise, tramitação de processos e geração de documentos, inclusive informações técnicas em subsídio a diversas ações judiciais relativas a política IDRF.

Este grande volume de análise observado no primeiro e segundo quadrimestre de 2022 permitiu alcançar já neste primeiro quadrimestre de 2022 a meta prevista para o setor.

Salienta-se que o valor alcançado 2022 é semelhante ao valor alcançado no mesmo período de 2021.

Nota-se, assim, que a FUNAI vem atuando na Política de IDRF de modo a aperfeiçoar suas rotinas de trabalho, aumentando a eficiência, eficácia e efetividade de suas ações através da modernização dos equipamentos e softwares de modo a permitir ações de georreferenciamento mais efetivas e com menor utilização dos recursos públicos.

Com estas iniciativas e resultados, é possível promover os direitos indígenas de maneira eficaz, eficiente e efetiva – sendo este o objetivo almejado pela FUNAI. Portanto, de todo o exposto, a produtividade da CGGEO alcança valores animadores e que permite prever que no próximo período de monitoramento seja proposto aumento da meta.

Em relação aos riscos à Política e seus consequentes planos de contingência, informa-se que, no âmbito da CGGeo, a redução de servidores em decorrência de aposentadores está sendo suprida com a contratação de mão de obra terceirizada. Por exemplo, o plano para conter o risco de insuficiência de servidores foi parcialmente suprido com a contratação de mão de obra terceirizada. Nada obstante, vem sendo promovido constante

monitoramento orçamentário em conjunto com o setor de administração da FUNAI de forma a reduzir o risco de contingenciamento orçamentário em decorrência da crise fiscal e orçamentária pela qual vive o Brasil, de forma a tentar minimizar os impactos negativos sobre a política.

No que tange às competências da CGAF, a análise da execução orçamentária demonstra êxito na utilização do orçamento disponibilizado no Plano Orçamentário 02, tendo em vista a sua execução em 99.96%, dos quais 89,5% foram empregados em pagamento de indenização a não indígenas que edificaram benfeitorias em ocupações de boa-fé sobrepostas a terras indígenas.

Em relação ao Plano Orçamentário 04, a análise ficou prejudicada, considerando o cancelamento da integralidade do orçamento destinado à aquisição de imóveis pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF.

8. INSTRUMENTOS DE EXECUÇÃO

Informar os **instrumentos de execução** utilizados para a execução da política. Considerar os instrumentos constantes na tabela abaixo.
Não são considerados instrumentos de execução, os instrumentos internos de planejamento e descentralização dos recursos, como PAT, SPO e Notas de Crédito.
Para preenchimento da tabela, atentar para o glossário e para as orientações de preenchimento descritas abaixo da tabela..

Instrumentos	Total de Instrumentos	Situação (quantitativo)			Valor Total de Recursos (em execução e concluído)	Emenda Parlamentar (% valor total)
		Em preparação	Em execução	Concluído		
Convênio	-	-	-	-	-	-
TED	-	-	-	-	-	-
Contrato - Aquisição Direta (doações)						
Contrato - Aquisição Direta (uso próprio) *(considerar apenas contratos nacionais e que atendam com exclusividade a política)*	1	-	1	-	899.708,37	-
Transferência Fundo a Fundo	-	-	-	-	-	-
Acordos de Cooperação	-	-	-	-	-	-
Outros**	-	-	-	-	-	
Total	1		1		899.708,37	
Observações:						

Glossário:

- **Coluna "Instrumentos":** Informar os instrumentos que a política utiliza para executar as suas ações, podendo figurar em qualquer dos lados do instrumento, seja como repassador ou como executor. A execução do orçamento federal diretamente pela FUNAI, seja pela sede ou pelas unidades descentralizadas, é registrada na linha *"Contrato – Aquisição Direta (uso próprio) "*.
- **Coluna "Total de Instrumentos":** Refere-se ao quantitativo de cada instrumento utilizado na implementação da política, ou seja, quantos convênios, quantos TED's, contratos e assim por diante.
- **Coluna "Situação Quantitativo":** Refere-se ao mesmo quantitativo da coluna anterior, porém dividido em três etapas ou situações. Do total de instrumentos, quantos estão:
  - **em preparação**: sem nenhum empenho;
  - **em execução**: parcialmente ou totalmente empenhados ou parcialmente liquidados;
  - **concluídos**: totalmente liquidados. Deve-se informar somente os instrumentos concluídos durante o exercício em curso.

  *A soma desses três itens deve ser igual ao quantitativo informado na coluna anterior **"Total de Instrumentos"**.

- **Coluna "Valor Total de Recursos":** Indicar o valor total (em reais) dos instrumentos em execução. Não serão informados valores de instrumentos que se encontram em fase de preparação.
- **Coluna "Emenda Parlamentar":** Deve-se informar qual os percentuais do valor total desses instrumentos correspondem a Emendas Parlamentares.

IMPORTANTE! Outras orientações de preenchimento:

- **Quantitativos e valores:** Os quantitativos e valores em reais devem ser preenchidos com números inteiros e os percentuais com uma casa decimal.
- Se o instrumento em questão não estiver sendo utilizado pela política, deve-se atribuir o número zero (0) em vez de deixar o campo em branco.
- Quando o valor existente for maior que zero, mas não foi possível coletar a informação a tempo ou com confiabilidade, deve-se inserir a observação "Não Informado". Nesse caso, ou caso a informação seja parcial, exige-se que uma justificativa seja apresentada abaixo da tabela com o uso do asterisco (*).
- **NSA (não se aplica):** Deve ser utilizado quando o instrumento celebrado não previr recursos específicos para o cumprimento do objeto, situação comum em Acordos de Cooperação Técnica. Ou quando o dado for ausente de significado, por exemplo, na coluna **Emenda Parlamentar (% valor total)** quando o **valor total** for igual a zero insere-se NSA nesse campo, pelo fato de não existir divisão por zero.
- **Linha "Outros":** Deve ser explicitado ao pé da tabela do que se trata. Se for um instrumento significativo, de importância capital para a política, pode ser explicitado acrescentando-se mais uma linha à tabela.

9. RISCOS

Apresentar os principais riscos associados à política pública e indicar as medidas adotadas para mitigar ou eliminar os eventos de risco identificados.
Usar a tabela de gestão de riscos construída no Formulário de Detalhamento e descrever o monitoramento por risco apresentado. Atentar ao glossário e orientações abaixo da matriz.

Tipo de Risco: (1) Externo; (2) Operacional; (3) Legal; (4) Financeiro e orçamentário	Evento de Risco	Gravidade (impacto potencial)	Tendência (probabilidade de ocorrer)	Plano de Contingência	Resposta ao Risco: (1) Aceitar o risco (2) Mitigar o risco (3) Transferir o risco (4) Evitar o risco
1, 3 e 4	A não conclusão de procedimentos inerentes a regularização fundiária	4	3 ou 4	Concurso público específico; Contratação/terceirização das atividades; Aumento do orçamento na LOA; Superar entendimentos orçamentários e jurídicos que entravam o prosseguimento de constituição de Reservas Indígenas e pagamento de benfeitorias aos ocupantes de boa fé.	2 e 3
3	Ausência de recursos orçamentários suficientes para o atingimento do objetivo	Não atingimento da meta estipulada de ações de reconhecimento de limites	5	Constante monitoramento orçamentário e repactuação do planejamento	2 e 4
Observações:					

Glossário:

Tipos de Risco:
1 - Risco externo: eventos que podem comprometer a confiança da sociedade (ou de parceiros, de clientes ou de fornecedores) em relação à capacidade do órgão em cumprir sua missão institucional;
2 - Risco operacional: eventos que podem comprometer as atividades do órgão, normalmente associados a falhas, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, infraestrutura e sistemas;
3 - Risco legal: eventos derivados de alterações legislativas ou normativas que podem comprometer as atividades do órgão;
4 - Risco financeiro e orçamentário: eventos que podem comprometer a capacidade do órgão de contar com os recursos orçamentários e financeiros necessários à realização de suas atividades, ou, ainda, eventos que possam comprometer a própria execução orçamentária, como atrasos no cronograma de licitações.

Evento de risco: Algo que pode acontecer. São situações em potencial, de origem interna ou externa, que podem provocar impactos negativos na consecução dos objetivos da organização;

Gravidade: é o efeito da ocorrência de um risco. É medido analisando-se o efeito do evento de risco, que terá um nível de impacto sobre o objetivo que deseja ser alcançado. Assim, deverão ser considerados critérios para a análise, como por exemplo: custo, prazo, reputação, qualidade, e escalas, que auxiliam na medição da gravidade (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Tendência: é a chance de o risco ocorrer. É medida analisando-se as causas ou o evento de risco considerando aspectos, como, por exemplo, frequência observada ou esperada. A avaliação dos riscos deve ser feita utilizando-se métodos de análise quantitativos, qualitativos ou a combinação de ambos (sem quantitativos), para definir o nível de risco; e escalas, que auxiliam na medição da tendência (muito alta, alta, média, baixa, muito baixa);

Plano de Contingência: alternativas de resposta para cada evento;

Resposta ao Risco:
1 - **Aceitar**: esta técnica indica que a equipe decidiu não trocar o plano da política para negociar com um risco ou não é possível fazer algo para identificar alguma outra estratégia de resposta apropriada. A aceitação ativa pode incluir desenvolver um plano de contingência para executar quando ocorrer um risco. A aceitação passiva não requer ação, deixando a equipe de projeto fazer um arranjo quando o risco ocorrer.
2 - **Mitigar**: a mitigação procura reduzir a probabilidade e/ou consequências de um evento de risco de adverso para um aceitável. Tomar ações cedo para reduzir a probabilidade de uma ocorrência ou impacto no projeto é mais eficaz que tentar reparar as consequências depois de ocorrido.
3 - **Transferir**: é procurar mudar a consequência de um risco para uma terceira parte junto com a responsabilidade da resposta. Transferindo o risco simplesmente daremos a outra parte a responsabilidade para gerenciar isto; isto não o elimina.
4 - **Evitar**: é mudar o plano da política para eliminar o risco ou a condição ou para proteger os objetivos da política destes impactos. Embora a equipe não possa eliminar todos os eventos de risco, alguns riscos específicos podem ser evitados.

Artefato de controles implementados

Preencher tendo como base a tabela anterior. Atentar ao glossário e orientações abaixo da tabela.

N°	Risco	Nível de Risco	Resposta ao Risco	Controle de Risco	Tipo de Controle	Mecanismo de Implementação	Responsável	Prazo	
								Início	Fim

1	A não conclusão de procedimentos inerentes a regularização fundiária	alto	Planejamento adequado e Proatividade dos servidores nas ações que tem potencial para mitigar o risco	Concurso público específico para reforço de pessoal. Aumento do orçamento na LOA. Superar entendimentos jurídicos que entravam o prosseguimento de constituição de Reservas Indígenas. Constante monitoramento das controvérsias judiciais	Preventivo Atenua o efeito Atenua o efeito Preventivo	Em andamento. Pleiteado anualmente quando do PLOA para o ano subsequente. Constantes encaminhamentos à PFE-Funai, para alinhamento de entendimentos pertinentes ao rito procedimental de constituição de Reservas Indígenas Em andamento.	Funai DPT e Funai DPT e PFE-Funai DPT e PFE-Funai	2020	2023
2	Ausência de recursos orçamentários suficientes para o atingimento do objetivo	alto	Aumento da eficiência das ações administrativas	Utilização eficiente dos recursos públicos	Preventivo	andamento	GGGEO	2020	2023
Observações:									

Glossário:

Nível de risco: magnitude de um ris2co, expressa em termos da combinação de suas consequências e probabilidades de ocorrência;
Controle de risco: qualquer medida aplicada no âmbito da Funai para gerenciar os riscos e aumentar a probabilidade de que os objetivos e metas estabelecidos sejam alcançados;
Tipo de controle proposto: preventivo, se atua na causa, ou corretivo, se atenua o efeito;
Mecanismo de implementação: informações sobre situação das ações e dos trabalhos realizados em relação a riscos identificados para os processos sob sua responsabilidade;
Responsável: gestor do processo ou servidor designado quando a implementação da ação;
Prazo: data prevista para início e para a conclusão da ação.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Campo aberto, que deverá ser preenchido de forma objetiva, elencando as informações relevantes associadas à avaliação dos resultados da política no período.

De forma paulatina, o cenário de desanuviamento pandêmico permitiu a retomada das atividades de campo de identificação e delimitação.

Considerando as metas estabelecidas, ressalta-se que os objetivos anuais da CGID e da CGGEO já foram atingidos já no primeiro quadrimestre de 2022, em razão disso, as unidades irão rever as metas intermediárias, visto que estão subestimadas. **Para 2023 faz-se necessário a inclusão de meta adequada que incorpore e espelhe as atribuições regimentais da CGID e da CGGeo.**

No que tange às competências da CGAF, a análise da execução orçamentária demonstra êxito na utilização do orçamento disponibilizado no Plano Orçamentário 02, tendo em vista a sua execução em 99.96%, dos quais 89,5% foram empregados em pagamento de indenização a não indígenas que edificaram benfeitorias em ocupações de boa-fé sobrepostas a terras indígenas.

O pequeno número de ocupações indenizadas em oposição ao alto valor executado ocorreu em razão do passivo indenizatório ainda existente na TI Caramuru/Paraguassu, composto por ocupações de alto valor. Esse cenário contribui para a execução do recurso, mas diminui o número de ocupações indenizadas, devido ao escasso orçamento disponibilizado para esse fim nos últimos exercícios.

Em relação ao Plano Orçamentário 04, a análise ficou prejudicada, considerando o cancelamento da integralidade do orçamento destinado à aquisição de imóveis pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF.

Ademais, no âmbito da **constituição de Reservas Indígenas**, houve desalinhamento de entendimentos técnicos, jurídicos e de gestão junto aos demais setores desta Fundação Nacional dos Povos Indígenas, em especial, tocante à inexigibilidade de licitação para aquisição de imóveis para constituição de Reservas Indígenas.

Registra-se que, a totalidade do recurso orçamentário que havia sido disponibilizado no Plano Orçamentário 04 foi cancelada (orçamento destinado à aquisição de imóveis pela Secretaria de Orçamento e Finanças - SOF), fato que impediu a aquisição de imóveis com recursos da União no exercício de 2022.

Outro ponto a ser destacado é a falta de retorno dos Cartórios de Registros de Imóveis - CRIs aos Ofícios encaminhados pela Diretoria de Proteção Territorial - DPT, em que se solicitou a retificação e/ou abertura de novas matrículas das terras indígenas, trabalho realizado de forma contínua, ainda que com apenas 2 servidores na Coordenação de Registros de Terras Indígenas - CORI, responsável por essa ação.

Por fim, destaca-se que a ausência de homologação e declaração de áreas indígenas em 2022, contribuiu para diminuição das ações voltadas para regularização fundiária, o que se reflete na redução dos procedimentos de indenização e outros indicadores da política.

Como alternativas para enfrentamento das dificuldades, destaca-se abaixo as principais sugestões:

a) Reforço no orçamento destinado ao PO 02, com o objetivo de atenuar o passivo de indenização existente em favor de ocupantes não indígenas de boa-fé;
b) Não cancelamento e reforço do recurso disponibilizado no PO 04, de forma que esse seja utilizado em sua integralidade para aquisição de imóveis relacionados à constituição de Reservas Indígenas;
c) Realinhamento de entendimentos entre os setores técnicos, jurídicos e com a alta gestão da Funai, com o objetivo de dar prosseguimento à sua missão institucional, nos termos da legislação vigente;
d) Realização de concurso público específico, com vagas para candidatos formados em ciências agrárias e que possam atuar em ações de regularização fundiária de campo.

Em 2022, em síntese, temos os seguintes números para DPT no que tange a política de identificação, demarcação e regularização fundiária:

- Foram publicadas **17 (dezessete)** Portarias de Constituição/Alteração de Grupos Técnicos;
- Foram executadas **13 (treze)** qualificações de reivindicação fundiária indígena;
- Foram analisados **403 (quatrocentos e três)** processos de Reconhecimento de Limites das Terras Indígenas;
- Foram analisados **571 (quinhentos e setenta e uma)** processos de licenciamento ambiental;
- Foram realizadas **4 (quatro)** atividades de campo pela CGID (duas atividades de apoio para destinação de área e duas atividades do Grupo Técnico de Piripikura e Krenak.
- Foram liquidados em indenizações o valor de **R$ 14.532.519,97 (quatorze milhões, quinhentos e trinta e dois mil quinhentos e dezenove reais e noventa e sete centavos).** Restos a Pagar + Orçamento 2022).

Ressalta-se o déficit de profissionais na Política Pública de Identificação, Demarcação e Regularização Fundiária. Há necessidade de profissionais formados em ciências agrárias na Funai, fato que prejudica as ações de natureza fundiária que demandam servidores com essa especialidade (levantamento fundiário, levantamento de benfeitorias, análise técnica do levantamento de benfeitorias e avaliação de imóveis rurais para fins de constituição de reservas indígenas), o que retarda a posse plena pela comunidade tradicional.

De igual forma, é urgente a necessidade de construção de mecanismos para a contratação de colaboradores especializados (antropólogos, profissionais da área ambiental etc) para a constituição de Grupos Técnicos, bem como o reestabelecimento da força de trabalho da unidade, para suprir a carência de pessoal existente na CGID, buscando dar celeridade aos processos de identificação e delimitação de competência desta Coordenação-Geral.

Em relação ao PO 04 (Constituição de Reservas Indígenas), frisa-se a necessidade de manutenção do valor disponibilizado na LOA do exercício, sem que ocorra remanejamentos, tendo em vista que os Laudos de Avaliação de Imóveis Rurais - LAIRs, peça que valora o imóvel a ser adquirido, tem validade aproximada de 1 ano, ou até que não haja alterações no cenário imobiliário da região. Isso posto, é fundamental que o planejamento da Funai para constituição de Reservas Indígenas via aquisição de imóveis siga as etapas programadas do início ao fim, caso contrário, corre-se o risco de se perder de validade do LAIR, o que, consequentemente, prejudicaria a execução orçamentária.

Sem mais, é o relatório.

[1] Vide Relatório de Monitoramento Quadrimestral – 1° RMQ CGID, CGAF, CGGEO (SEI nº 4253980)
[2] Vide Relatório de Monitoramento Quadrimestral – 2° RMQ CGID, CGAF, CGGEO (SEI nº 4527830)

Documento assinado eletronicamente por **Roldan Jara de Alencar**, **Coordenador(a)-Geral substituto(a)**, em 16/01/2023, às 14:41, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **SLOWACKI DE ASSIS**, **Coordenador(a) substituto(a)**, em 16/01/2023, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO QUEIROZ DA SILVA**, **Coordenador(a)-Geral**, em 16/01/2023, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Documento assinado eletronicamente por **Maiara Carvalho Silveira**, **Coordenador(a) de Gabinete**, em 16/01/2023, às 17:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

A autenticidade deste documento pode ser conferida no site: http://sei.funai.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **4836192** e o código CRC **3BBB7FAB**.